

Revista  
de Psicologia

ISSN 2179-1740

## A PESQUISA CRÍTICA NA TRAMA DE NARRATIVAS: DESENREDANDO HISTÓRIAS DE ASSÉDIO SEXUAL NAS REDES SOCIAIS

*CRITICAL RESEARCH IN A PLOT OF NARRATIVES: UNTANGLING STORIES OF  
SEXUAL HARASSMENT ON SOCIAL MEDIA*

Ana Cesaltina Barbosa Marques<sup>1</sup>  
Idilva Maria Pires Germano<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo reflete sobre os desafios da pesquisa social crítica com vítimas de assédio sexual que narram suas experiências em plataformas digitais. Parte de histórias contadas por mulheres no protesto #PrimeiroAssédio (2015) em que denunciam essas primeiras experiências. Inspirado na análise de discurso crítica e na análise de narrativas culturalmente orientada, em diálogo com a teorização feminista, o estudo distingue narrativas dominantes acerca dos corpos, papéis, direitos e deveres das mulheres; contranarrativas das mulheres que contestam narrativas dominantes; e narrativas construídas pelas pesquisadoras sobre as histórias contadas. Discute-se como os testemunhos das participantes empreendem esforços para desnaturalizar o assédio sexual e desconstruir a lógica de culpabilização feminina por violências sexuais sofridas. As histórias criam alianças e veiculam novas narrativas para as relações de gênero e para a defesa dos direitos das mulheres. O artigo também discute como a narração acadêmico-científica que se debruça sobre essas histórias constitui um posicionamento ético-político. As autoras concluem que sua escrita é um ato político voltado para a transformação social e contra a condição subalterna feminina. As pesquisadoras trabalham para fortalecer as vozes das mulheres que denunciam a violência sexual, operando em aliança com elas, enquanto também contestam as narrativas hegemônicas de base patriarcal.

**Palavras-chave:** Assédio sexual; Histórias; Mulheres; Ativismo digital; Pesquisa Social Crítica

### Abstract

This article reflects on the challenges of critical social research with victims of sexual harassment who narrate their experiences on digital platforms. It draws from a selection of stories told by women in the #FirstHarassment protest (2015) in which they recount, in a tone of denunciation, these first experiences. Inspired by critical discourse analysis and culturally oriented narrative analysis, in dialogue with feminist theorizing, the study distinguishes a plot that involves dominant narratives about women's bodies, roles, rights, and duties; women's counter-narratives that contest dominant narratives; and the narratives constructed by women researchers about the stories told. It discusses how the participants' testimonies undertake efforts to denaturalize sexual harassment and deconstruct the logic of female culpability for sexual violence suffered. The stories create alliances and convey new narratives for gender relations and women's rights advocacy. The article also discusses how the academic-scientific narration that addresses these stories constitutes an ethical-political positioning. The authors conclude that their writing is a political act aimed at social transformation and against the subaltern condition of women. The researchers work to strengthen the voices of women who report sexual violence, operating in alliance with them, while also contesting patriarchally-based hegemonic narratives.

**Keywords:** Sexual Harassment; Stories; Women; Digital Activism; Critical Social Research

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: anacesaltina@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6054-290X>

<sup>2</sup> Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: idilvapg@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0062-9899>

É a partir de uma perspectiva atenta à dimensão simbólica da ação política que se pode situar o papel das narrativas na compreensão das mobilizações e protestos contemporâneos. Pelo menos desde as reflexões sobre a Psicologia Narrativa, tal como formulada por Jerome Bruner (1997), entendemos que o termo “narrativa” ultrapassa os limites de uma estrutura discursiva particular para operar mais propriamente como uma metáfora do ato de conferir sentido à realidade. Pessoas e coletividades constroem narrativas para dar sentido ao que lhes acontece e o fazem num terreno heterogêneo de histórias que podem se contradizer, apoiar-se e se recombinar noutras, conforme as circunstâncias socio-históricas e culturais em que se encontram os narradores e seus interlocutores.

Como as histórias têm o condão de mobilizar as pessoas para ação política? Para Ganz (2001), a resposta é tripla: histórias constroem a capacidade de agir (*agency*), modelam identidades e motivam para a ação. Primeiro, histórias são estruturadas em enredos ou intrigas, localizados no tempo e no espaço, que abordam personagens em busca de metas e que devem enfrentar e sanar obstáculos imprevistos e dilemas em sua trajetória. O protagonista deverá interpretar a situação em que se encontra e decidir a cada momento o caminho a seguir. Como no curso da vida, as histórias focalizam o sentido de abertura para o novo e para os futuros possíveis que repousam no horizonte de ação das pessoas. Nas mobilizações políticas, é preciso criar novas histórias que reflitam as demandas e valores daqueles que desejam mudanças sociais e justiça. Geralmente em posição subalterna, a militância deve criar histórias sobre si e sobre sua causa, valendo-se de sua própria voz, contra o silêncio imposto pela disseminação de histórias de vozes dominantes.

Em segundo lugar, contar histórias é como nós “desenvolvemos identidades individuais e coletivas que definem os fins que buscamos e com quem nós os buscamos” (Ganz, 2001, p. 4). Muitos estudiosos identificados com a “virada narrativa” nas ciências sociais na década de 1980 esclareceram como as identidades pessoais e coletivas têm um matiz narrativo, uma vez que são as histórias de nossa família, comunidade, nação e de outras esferas de pertencimento sociocultural que forjam quem somos, isto é, como compreendemos a nós mesmos como indivíduos ou como membros de um grupo ou sociedade. Essas histórias, iniciadas antes mesmo de nos tornarmos narradores, são reencenadas e revisadas ao longo do tempo para outros com quem compartilhamos nossas vidas e histórias. Na mobilização política, a “nossa história” é capaz de agregar indivíduos em torno de entendimentos, afetos e demandas compartilhados e construir lealdades contra “adversários” comuns.

Por fim, as histórias são como temos acesso aos recursos morais e emocionais que nos motivam para a ação em busca de certos fins individuais e coletivos. Além de exprimir o devir histórico – o começo, o meio e o fim do curso de ações envolvendo personagens – as narrativas são normativas, imbuídas de valores morais que geralmente sinalizam uma lição a ser aprendida no seu desfecho. As histórias veiculam questões e dilemas envolvendo a moralidade, legitimidade e a justiça de certas ações, motivos e situações que envolvem seus personagens. Frequentemente, há vilões e adversários que atrapalham a vida do protagonista, como há coadjuvantes que ajudam o herói a alcançar suas metas. Histórias são poderosas na definição do certo e do errado, do bem e do mal e são meios de desenvolver valores e um senso moral desde a infância. São fontes de moralidade e de aprendizagem emocional que nos permitem julgar comportamentos próprios e alheios, reagindo positiva ou negativamente a esses. Na mobilização política, as histórias contadas desempenham papel importante, pois podem dispor o medo, a indignação, a raiva, a coragem e outras emoções a serviço de pessoas e grupos oprimidos e contra a injustiça. Nesse sentido, os testemunhos de mulheres abusadas sexualmente podem ativar na sua audiência sentimentos de solidariedade às narradoras e também sentimentos negativos que favorecem reações contra homens abusadores.

As histórias implicam uma dimensão performativa central. Além do conteúdo veiculado (o que conta a história) e de sua estrutura textual (como a história é contada), histórias são relacionais, coconstruídas e produzem realidades de forma interativa. Ganz (2001) chama atenção para o caráter performático das histórias, que permite tomar um texto como ação e uma palavra como símbolo. Por isso, são apontados como relevantes variáveis como quem conta a história, com quem este interage, onde e quando. Ainda são indicados como elementos críticos as identidades dos contadores e dos ouvintes. Para o autor, a credibilidade da narrativa está diretamente relacionada à identidade de quem narra, elemento fundador da conexão com os ouvintes. Ganz (2001) demonstra como movimentos sociais articulam essa potência narrativa com propósito de ganhar adesão e mobilizar recursos.

Que novas histórias vêm contando as mulheres que se engajam contra o abuso e assédio sexual, valendo-se especialmente das plataformas digitais? Como enfrentam as narrativas hegemônicas sobre gênero nesses espaços e quais são as contranarrativas produzidas nessa arena discursiva? Como se apresentam hoje as estratégias para a denúncia contra a violência sexual e como marcam as atuais formas de mobilização de mulheres e a propagação de valores feministas? Como a pesquisa social crítica participa desse cruzamento de narrativas, cumprindo seu compromisso ético-político com a luta por equidade de gênero e justiça?

A investigação dessas questões ganha relevância no atual contexto por apontar para movimentos sociais de grande visibilidade e com capacidade expressiva de impactar e angariar adesões, especialmente com emprego de ferramentas digitais de comunicação e informação como as plataformas de redes sociais. Tais artefatos têm demonstrado cada vez mais relevância na articulação de coletivos sociais em torno de questões específicas, principalmente em torno de pautas identitárias, assim provocando mudanças nas tradicionais formas de mobilizações social. Nesse contexto, observa-se que as narrativas desempenham papel central na capacidade de motivar sujeitos para a ação.

No caso do enfrentamento da violência sexual, diversas ações articuladas nesses moldes vêm arregimentando milhares de pessoas ao redor do mundo por meio de publicações de narrativas em sites de redes sociais, articuladas em torno de *hashtags*. O fenômeno apresentado demonstra ter implicações e provocar deslocamentos às subjetividades dos sujeitos engajados nas mobilizações, destacadamente aqueles identificados com o feminino.

A recorrência do emprego de relatos autobiográficos nas mobilizações nas redes sociais se apresenta como fenômeno próprio da contemporaneidade, em que as subjetividades ganham projeções midiáticas, fronteiras entre o público e o privado são borradas e sujeitos historicamente silenciados são instigados a se posicionar. A campanha *#PrimeiroAssédio*, lançada nas redes sociais em 2015, é exemplo desse tipo de mobilização pelo expressivo êxito em recrutar mulheres a compartilhar suas histórias de assédio sexual em plataformas como Twitter e no Facebook. Por meio de narrativas partilhadas e articuladas em torno da referida *hashtag*, foram conduzidas dinâmicas de enfrentamento de normatizações culturais que atravessam e naturalizam experiências de violência sexual.

Este artigo apresenta-se como um trabalho de exploração teórico-metodológica e ética acerca da narrativização da experiência de assédio sexual de mulheres, recorrendo a algumas histórias publicadas no protesto *on-line #PrimeiroAssédio* (2015). Reflete-se como as histórias contadas pelas participantes do protesto revelam tanto as narrativas dominantes sobre gênero que suportam práticas de violência contra a mulher, quanto as contranarrativas que as contestam e reinterpretam o vivido como experiência coletiva de violência e opressão de gênero. Esse ambiente digital é entendido como espaço de acolhimento, performance e produção dialógica das histórias que favorecem o enfrentamento do assédio sexual e a construção de uma identidade coletiva política. Este artigo faz parte

de uma pesquisa mais ampla, conduzida pela primeira autora, sobre as formas de mobilização e organização dos movimentos sociais na era digital, em especial na luta de mulheres contra a violência sexual. A coleta das postagens do protesto foi realizada a partir dos mecanismos de buscas de plataformas de redes sociais em 2015. O conjunto de narrativas que alicerçam a reflexão do presente estudo constitui uma amostra exploratória, de conveniência, retirada da amostra mais geral cuja análise está em curso.

Este estudo filia-se a uma Psicologia Social discursivamente orientada e as narrativas selecionadas foram tratadas sob inspiração da análise de discurso crítica (Fairclough, 2001) e da análise de narrativas de viés pragmático, cujo foco são os contextos sociais e culturais de sua produção (Bamberg, 2004; Squire, 2008). Metodologicamente, atenta-se para as relações entre discurso e poder e, em particular, para os recursos e estratégias empregados nas histórias contadas para representar certos acontecimentos, com efeitos sociais e políticos. Dialogando com a teorização feminista, pressupõe-se aqui que as histórias pessoais ou testemunhos trazidos pelas mulheres no protesto *on-line* atuam como modos de resistir a estruturas de poder patriarcais, permitindo às narradoras “reviver, controlar, transformar, reimaginar eventos, reivindicar e construir identidades escolhidas, interações sociais e comunidades” (Gready, 2008, p. 137). Os testemunhos de pessoas e grupos injustiçados apresentam significativa potência para fomentar mudanças políticas; e tais mudanças implicam, por seu turno, transformações nas práticas discursivas de certo tempo histórico.

No material exploratório coletado buscou-se distinguir uma trama que envolve: as narrativas dominantes acerca dos corpos femininos, papéis sexuais, direitos e deveres das mulheres; as contranarrativas das mulheres que contestam as narrativas dominantes patriarcais, ressignificando as situações vividas, reposicionando os atores envolvidos e construindo novas compreensões e emoções sobre os eventos; e as narrativas que são construídas pelas pesquisadoras sobre esse embate de histórias, que implicam uma inscrição em formas acadêmicas de narrar, por sua vez não isentas de conflito entre os cânones e modelos alternativos.

Este trabalho discute o que está em jogo ao se escolher como narrar, incluindo a narração acadêmica resultante de pesquisas críticas. As autoras discutem seu próprio papel de narradoras, que refletem sobre seu engajamento na luta feminista e como entendem sua própria escrita como um ato político, voltado para a transformação social e contra a condição subalterna feminina.

## #PRIMEIROASSÉDIO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Os sites de redes sociais projetam-se crescentemente como espaços para a manifestações cultural e política, com grande visibilidade e poder de alcançar diversos públicos. Desde meados dos anos 2000, os recursos e ambientes digitais vêm sendo utilizados para buscar reconhecimento, reivindicar direitos, recrutar apoiadores, mobilizar multidões, construir alianças, realizar manifestações e outras práticas de ativismo digital e ciberativismo (Rocha, 2017). Dessa forma, os modelos de explicação da emergência da ação coletiva não podem hoje deixar de considerar “o papel significativo que a tecnologia digital desempenha na sociedade em rede” (Schradié, 2018, p. 2).

Na realidade brasileira, é possível observar que, desde as jornadas de junho de 2013 e mais intensamente a partir de 2015 (Bogado, 2018), as mobilizações em torno de temas caros às mulheres e ao movimento feminista ganharam mais intensamente a cena pública em manifestações de rua nas diversas capitais do país e, com especial relevância, em sítios na internet. A possibilidade de articulação em rede potencializou a organização da militância

feminina e feminista com novas táticas (Costa, 2018) e de maneira tão expressiva que aquele momento chegou a ser batizado de Primavera Feminista (Cardoso, Lima, & Rocha, 2016; Grillo, Oliveira, & Buscato, 2015; Rossi, 2015).

Uma das dinâmicas recorrentes de mobilização nas redes sociais invoca a publicação de testemunhos acerca de um tema-alvo, identificado por uma *hashtag*. Faz-se assim um apelo à narração em primeira pessoa, provocando o sujeito a se posicionar pessoalmente diante de determinada questão. Como numa manifestação de rua, em que se levam bandeiras ou se gritam palavras de ordem para abraçar uma causa, as *hashtags* são utilizadas como senhas para se assumir turnos de fala dentro da multidão.

Assim os movimentos de mulheres vêm fazendo mais intensamente desde 2015 no Brasil e noutras partes do mundo. São exemplos desses tipos de mobilizações brasileiras as *hashtags* #PrimeiroAssédio, #MeuMotoristaAbusador, #MeuMotoristaAssediador, #MeuAmigoSecreto, #MexeuComUmaMexeuComTodas, #ChegaDeAssédio, #MeuCorpoMinhasRegras, #NãoMereçoSerEstuprada, #ViolênciaEmDobro. Como etiquetas que conectam digitalmente narrativas, essas *hashtags* têm agregado milhares de postagens que revelam e encorajam vítimas de violência sexual, propondo a adoção de novas atitudes para enfrentar velhos problemas.

Nessas ações nas redes sociais, as histórias em primeira pessoa constituem ferramentas para impactar, ganhar a atenção e conquistar apoio ao combate contra a violência sexual. Esses testemunhos têm demonstrado uma potente força mobilizadora, “um dos principais instrumentos políticos do feminismo em rede” (Costa, 2018, p. 46). Essa dinâmica motiva respostas de adesão com a publicação de testemunhos e mensagens de apoio à causa, mas também de desqualificação, recusa e deboche das pessoas que se opõem aos protestos.

Foi assim em outubro de 2015, quando se viu uma mobilização projetar-se em formato de onda entre os usuários brasileiros de sites de redes sociais como Twitter e Facebook. A imagem de uma garota de 12 anos, que participava de um *reality show* de gastronomia infantil, foi alvo de mensagens de cunho sexual nas redes sociais e, como reação, foi empreendida uma mobilização marcada pela *hashtag* #PrimeiroAssédio. A jornalista Juliana de Faria - que havia fundado a ONG Think Olga em 2013, tendo, portanto, uma rede de contatos articulada e sensibilizada para posicionar-se quanto às questões de gênero – mencionou o assédio de que foi vítima aos 11 anos e convidou sua rede de contatos no Twitter a fazer o mesmo. A expressiva adesão do público por meio da narração de histórias pessoais, majoritariamente de mulheres, revelou a ubiquidade da experiência de assédio e abuso sexual e a violência de gênero estrutural que assola o cotidiano das mulheres desde a infância.

Fato é que, em cinco dias, a *hashtag* foi replicada mais de 82 mil vezes somente na plataforma Twitter. A organização Think Olga analisou um conjunto dessas mensagens e, a partir disso, afirmou que a idade média das vítimas retratadas nos relatos trazidos pela *hashtag* #PrimeiroAssédio era de 9,7 anos. Em 67% dos casos, os crimes foram cometidos por pessoas conhecidas das vítimas. Para além dos dados que evidenciavam uma realidade pouco surpreendente, mas não menos incômoda e impactante aos olhos da sociedade, a campanha ficou marcada por expressar a prevalência de experiências de violência sexual entre crianças e adolescentes e a potência mobilizadora dos relatos. Como afirmou organizadora Juliana de Faria, “também descobrimos que anos de silêncio têm a capacidade de tornar as vozes ensurdecedores quando redescobertas” (Faria, 2015).

Romper com um pacto de silêncio consigo mesmo, com a família e com a sociedade é operação que exige remexer traumas e dores do passado, por vezes guardadas e acomodadas por longos anos. Uma das participantes da campanha desabafou em 22 de outubro de 2015: “Você esconde o ocorrido e a marca se esconde no coração. #primeiroassédio”. Por outro lado, há uma expressão de força pessoal e coletiva nesse ato, como reconhece outra

usuária, em mensagem do mesmo dia: “Compartilhar, por mais difícil que seja, é um ato de sororidade #primeiroassédio”.

Os testemunhos que sustentam as mobilizações nas redes sociais contra a violência sexual com uso de hashtags evidenciam o potencial político do ato narrativo. Além da força e da credibilidade da revelação de alguém que diz “eu também vivi isso” - base dos movimentos #MeToo que viriam dois anos depois - o testemunho on-line confere abertura e visibilidade para a discussão e, eventualmente, contestação de narrativas hegemônicas acerca da masculinidade e feminilidade subjacentes às variadas formas de violência de gênero. Em suas múltiplas manifestações, o testemunho implica tomar a palavra, abrir espaço para aqueles que estiveram impedidos de falar ou incapacitados de fazer-se ouvir e assim “recuperar outras verdades” (Trujillo, 2008). Dessa perspectiva, narrar suas histórias de violência com outras mulheres nos sites de redes sociais torna-se um poderoso ato político à medida que gera, em resposta, muitas outras histórias, sentimentos de indignação e motivos para uma (re)ação coletiva. O volume resultante de relatos dá a dimensão de quão prevalente é o crime, a profundidade do dano para as vítimas e como o silenciamento representa uma força conivente com a perpetuação das violências.

## NARRATIVAS DOMINANTES E CONTRANARRATIVAS DE GÊNERO

Narrativas dominantes (*master narratives*) são expectativas culturais gerais ou molduras de interpretação culturalmente aceitas que enquadram de forma simplificada o curso dos eventos. Na forma de “ideologias, construções de enredo, linhas de histórias e discursos”, frequentemente podem implicar versões reducionistas, idealizadas ou apresentadas falsamente como universais (Bamberg, 2004). Emoldurando situações, eventos e ações como rotinas, tende-se a naturalizá-los e normalizá-los, de modo a se restringir formas de perceber a realidade e de agir sobre ela.

Para Bamberg (2005), o termo “narrativas dominantes” faz referência a formas de interpretação sociocultural preexistentes que permitem interpretações locais e apontam potencialidades de agências individuais e institucionais. Segundo o autor, em análises tardo-modernas e pós-modernas, as narrativas dominantes são empregadas para preservar o status quo e legitimar relações de poder e diferença, que podem ser expressas em eixos como relações de gênero e sexualidade, raça, etnicidade, idade etc.

Apesar do constrangimento que as narrativas dominantes tendem a impor à interpretação e à ação, é possível que as pessoas as contestem durante a interação discursiva, recrutando outros recursos interpretativos que produzem contradição e suspeição quanto às “verdades” aí veiculadas. Bamberg (2005) defende que um ponto central às discussões sobre narrativas dominantes e contranarrativas é o problema de como a narração localmente situada pode provocar alguma libertação e emancipação de narrativas dominantes. Nessa disputa discursiva, nascem recursos que permitem ao sujeito individual elaborar estratégias de posicionamento que podem levar a mudanças socioculturais.

Como sugere o próprio termo, contranarrativas (*counter-narratives*) referem-se às narrativas que subvertem o sentido de certas narrativas dominantes, opondo-se ao que transmitem e produzem, desvelando seus efeitos de dominação e, de forma geral, trazendo à baila os jogos de poder envolvidos. Contranarrativas tendem a emergir de vozes historicamente subalternizadas que recusam certas narrativas naturalizadas, oferecendo histórias alternativas que lhes permitam maior agência.

Considerando algumas postagens obtidas num estudo inicial sobre a mobilização *on-line* #PrimeiroAssédio, argumentamos como esse protesto digital abre espaço para as mulheres contarem suas experiências noutras bases e, ao fazê-lo, romperem com narrativas dominantes de herança patriarcal que sustentavam, até então, o seu silêncio. Assim, essas histórias interativas, criadas em diálogo com outras mulheres, arrostam compreensões e práticas naturalizadas acerca do gênero, dos papéis sexuais e da masculinidade hegemônica em geral, que dá azo a situações de assédio e abuso sexual contra a mulher.

Seja nos breves relatos do Twitter, seja nos mais extensos do Facebook, as histórias contadas na #PrimeiroAssédio evidenciam raízes históricas e socioculturais da violência sexual cotidiana, destacadamente contra meninas e adolescentes. Os relatos revelam narrativas dominantes que fornecem o alicerce para culpar a mulher quando é violentada, invocar seu pudor e demandar seu silêncio após uma violação. Essas narrativas dominantes são praticadas e inculcadas cedo durante a socialização. “Com 11, fui agarrada por dois colegas mais velhos na escola e ao reclamar a diretora disse que dei motivo. #PrimeiroAssédio”, escreveu a usuária A no Twitter, em 21 de outubro de 2015. “Nascer mulher é nascer culpada, descendentes de Eva etc”, completou a mesma pessoa na forma de comentário.

As narrativas dominantes de uma sexualidade feminina passiva e submissa e da conexão entre o comportamento feminino (por exemplo, estar sozinha à noite e com certo tipo de roupa) e a conduta sexual masculina (tocar o corpo da mulher sem seu consentimento, estuprar) estão na raiz da tendência à culpabilização da mulher ao ser vítima desse crime (Araújo, 2020). Os testemunhos das manifestantes empreendem esforços para a desconstrução da lógica de responsabilização feminina: “E ouvimos ‘meninos são assim msm’ aí crescemos com isso, achando que é normal”, escreve a usuária B, em resposta à internauta A. “Sim, crescemos caminhando na rua de olhar baixo por medo!”, reitera a participante C. Complementando a posição crítica de A, B e C, postou a internauta D: “o pior é ouvir ‘se não quer ser estuprada, não saia de casa’. É igual a dizer ‘não quer morrer não viva’. É ridículo isso”. Dessa maneira, a conversação entabulada a partir das mensagens constrói um ambiente propício à partilha e validação de contranarrativas frequentemente silenciadas.

A mobilização e os relatos agregados apontaram múltiplas faces da chamada “cultura do estupro” no Brasil (Araújo, 2020), ou seja, a ameaça permanente de violência sexual que acompanha os sujeitos, especialmente aqueles marcados pelo feminino – meninas, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Trata-se de um ambiente que fortalece estereótipos, discursos e modelos de conduta em que o masculino assume o papel de predador e o feminino de presa. Esse enredo conforma hierarquicamente as relações entre os sexos (opressivo/passiva; dominador/dominada) e obriga o polo subalterno a adotar táticas para escapar das investidas indesejadas.

Uma mensagem compartilhada no Twitter na forma de imagem, no dia 23 de outubro, enumerava situações cotidianas em que abundam tais narrativas de gênero dominantes. A mensagem a seguir obteve mais de 440 compartilhamentos e 300 curtidas.

Eu fui estuprada hoje, quando uma mãe disse para o seu filho que “menino é assim”. Eu fui estuprada hoje, quando um pai ensinou ao seu filho a assobiar e gritar “elogios” quando uma mulher passasse na rua. Eu fui estuprada ontem, quando ouvi um homem dizer que não tinha culpa porque a minha saia era muito curta. Eu fui estuprada ontem, quando o tio disse a um sobrinho que toda mulher que bebe demais “está pedindo”. Eu fui estuprada ontem, quando saiu na revista que mulher quando diz “não” está fazendo charme. Eu fui estuprada hoje, quando saiu na novela que um homem poderia insistir quando eu dissesse

não. Eu fui estuprada, eu perdi a minha alma e o meu chão. Eu fui estuprada pelos pais que ensinam que “meninos são meninos”, fui estuprada pela mídia que induz, pela gente que reproduz. Eu fui estuprada por um monte de gente. Não saiu sangue, embora estivesse doído. Não foi literal, embora pudesse ter sido. Eu não fui estuprada hoje, mas outra mulher com certeza foi. E agora? A gente chora. (Twitter, 23 de outubro de 2015)

O texto exhibe ironicamente os chavões frequentemente empregados na criação de meninos e meninas, que dão sustentação a percepções e comportamentos sobre a diferença sexual e de gênero e, em última instância, à subalternidade da mulher. A força do texto decorre de seu caráter metafórico e do seu tom desafiador ao berço social em que são gestados abusadores potenciais.

Os relatos mostram como a agressão sexual é naturalizada e legitimada na vida da mulher desde a infância, quando já é ensinada a monitorar seu corpo e a evitar contatos sexuais não consentidos. “9 anos. Deitada. Um tio ‘isso são modos duma mocinha? D perna aberta? Aprendeu c a mãe? Depois acontece algo e acha ruim’. #PrimeiroAssédio”, compartilhou usuária do Twitter, no dia 22 de outubro de 2015. “Meu pai me disse isso a vida toda”, comentou outro perfil em 23 de outubro de 2015. No protesto, as manifestantes se engajam para reconhecer, denunciar e corromper tais formas de legitimação de violências.

As contranarrativas que emergem das interações na #PrimeiroAssédio ressignificam os eventos passados e constroem outras compreensões e juízos sobre o vivido. Novos repertórios são recrutados para atender à pauta do enfrentamento da violência sexual conclamada pela #PrimeiroAssédio. Atores são reposicionados e ações reavaliadas com chaves de interpretação alternativas. Como disse uma participante engajada na campanha no Twitter, no dia 22 de outubro de 2015: “Não entendi nada na época. Quando entendi achei que foi culpa minha. Não foi, não é e nunca será.#primeiroassédio”. Esta postagem compartilha com muitas outras o trabalho de revisitar as memórias e reinscrevê-las numa história pessoal e coletiva, a partir de uma nova gramática social. O resultado é reconhecido como libertador para as narradoras.

A culpabilização das vítimas e a vergonha dela decorrente são práticas utilizadas em diversas culturas para o controle dos corpos e comportamentos, especialmente os femininos e os de crianças e adolescentes (Sanderson & Weathers, 2019). Além de incitar o silêncio feminino, produzem nas vítimas de violência processos de autodepreciação, vulnerabilidade e segregação da vida social. Para romper com o silêncio em torno das experiências de abuso sexual, as vítimas precisam de um senso de segurança de que serão tratadas de forma empática. A dinâmica observada na mobilização #PrimeiroAssédio parece ter produzido esse senso de empatia em escala suficiente para favorecer a partilha de milhares de relatos. “Eu não ia falar nada sobre isso, mas ao ver tanta mulher falando, resolvi me juntar #primeiroassédio”, resume uma participante.

No contexto dessas mobilizações, os limites entre público e privado são colocados à prova. Especificamente na campanha #PrimeiroAssédio, foram enfrentadas barreiras culturais que forçam a permanência nos bastidores de temas relacionados à sexualidade e inibem debates em torno de temas como consentimento, liberdades e limites de práticas sexuais. Refletindo os confrontos *off-line* com grupos conservadores e misóginos, a hostilidade não ficou de fora da campanha. A *hashtag* #PrimeiroAssédio foi empregada também para o deboche e julgamento moral das vítimas de violência sexual, como na postagem de um usuário do Twitter: “E essa tag aí #primeiroassédio Twitter virou terapia coletiva de pistoleira”.

Construindo alianças, fortalecendo a sororidade e rechaçando as postagens de ódio, os testemunhos das mulheres na #PrimeiroAssédio veiculam outros enredos possíveis para as relações de gênero e para a defesa dos direitos das mulheres.

## NARRAR PARA QUE E PARA QUEM?

Até o momento, trouxemos o embate entre narrativas dominantes e contranarrativas de gênero no âmbito da #PrimeiroAssédio. Resta agora discutir sobre a narrativa que aqui construímos acerca dessa trama de histórias de assédio sexual e suas implicações. Tal como as manifestantes do protesto no Twitter e Facebook, as autoras deste estudo também têm sua narração circunscrita por um conjunto de balizas epistemológicas, teórico-metodológicas e ético-políticas.

Creemos, parafraseando Olesen (2006, p. 219), “na possibilidade de uma pesquisa para mulheres e não simplesmente sobre mulheres”. Como mulheres e pesquisadoras, identificadas com a luta feminista e apoiadoras de muitas mobilizações por nossos direitos, vemo-nos implicadas no universo das histórias contadas, bem como envolvidas na causa política contra assédio. As histórias pessoais compartilhadas e que, afinal, formam uma vasta história coletiva, moveram-nos emocionalmente e nos provocaram não somente a entender o protesto como objeto psicossociológico caro à teorização feminista, mas também a tomar um posicionamento ético e político que nos torna partícipes da práxis feminista a partir do lugar da academia. Neste sentido, compreender como emergem e ganham projeção mobilizações *on-line* e *off-line* de mulheres, seus mecanismos, desafios e dificuldades, parece-nos, além de útil, um compromisso. Atuamos sob inspiração de uma epistemologia feminista, ciente da condição situada dos saberes e da necessidade de construirmos teorias sobre as mulheres que lhes garantam autoridade e voz e forneçam suporte para movimentos de equidade e emancipação.

A narrativa deste artigo alinha-se, desse modo, às contranarrativas levantadas nos relatos colhidos na mobilização #PrimeiroAssédio. Partimos do respeito à autoridade da voz das narradoras e da valorização de seus atos de coragem e ousadia, como observa bell hooks (2019). “Erguer a voz” significa a manifesta renúncia à condição de objeto na luta para tornar-se sujeito e representa a possibilidade emancipatória. “A voz liberta”, lembra-nos hooks (2019, p. 39). A pesquisa e a escrita acadêmica orientadas pela epistemologia feminista precisam estar comprometidas com a desconstrução de processos de dominação.

Nosso texto acadêmico implica efetivamente um cruzamento de narrativas e vozes. A produção de sentido emerge das vozes das narradoras da #PrimeiroAssédio, das vozes patriarcais que são aí contestadas, das vozes feministas que lhes dão suporte, das vozes dos pensadores trazidos ao texto como referências à análise, bem como das vozes das pesquisadoras que tentam costurá-las, posicionando-se de forma crítica, em aliança ou oposição.

Concluimos, em nossa pesquisa implicada, que os testemunhos publicados em sites de redes sociais e difundidos em outras mídias têm tido papel de destaque como dispositivo de mobilização e ação para mulheres e grupos feministas. Ainda que em processo de refinamento, as mobilizações políticas não prescindem hoje das manifestações digitais. As milhares de mensagens marcadas pela *hashtag* #PrimeiroAssédio demonstraram a prevalência da ameaça e das práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Mostram de forma pungente o quão difícil é produzir sentido sobre essas experiências quando se conhece ainda tão pouco do mundo e a autoridade de pessoas mais velhas é difícil de ser contestada. Esse é o ponto que estabelece a própria definição de

violência sexual – a impossibilidade ou incapacidade de consentir. O silêncio imposto em muitos casos às vítimas sustenta-se em enredos culturais estabelecidos que se materializam em percepções, práticas e comportamentos baseados numa suposta ordem natural das coisas.

As trocas estabelecidas pela campanha, a partir dos relatos, dissecam as narrativas dominantes que enquadram corpos femininos e subalternizados como objetos à disposição. A dinâmica de ação política permite às manifestantes examiná-las e desfiá-las à luz do amadurecimento de debates, frequentemente restritos aos limites da academia e dos grupos de militantes. A convocação à conversação em rede, pessoal, não institucional, performática, impactante e volátil, leva as participantes ao confronto de pontos de vistas e discursos estabelecidos. Contranarrativas passam também a circular mais livre e rapidamente pelo meio digital, propagando-se por tramas da sociabilidade em rede, para serem digeridas, apropriadas ou refutadas. O debate é intenso, por vezes agressivo, mas, nos encontros, há espaço para validar e acolher dores comuns.

A mobilização em torno da *hashtag* #PrimeiroAssédio é exemplo do emprego das narrativas para ação no âmbito dos movimentos sociais. A partir da relação entre cultura e ação política, são produzidos sentidos para o engajamento em processos de transformação. Os caminhos trilhados nessas experiências não são lineares, tampouco harmônicos. São forjados em terrenos de disputas que se projetam também sobre os artefatos digitais, como as plataformas de rede sociais. As novas dinâmicas dos movimentos feministas que se disseminam nos ambientes virtuais demonstram ter força para arregimentar a juventude, com potência para disseminar as demandas feministas para além das fronteiras do debate acadêmico e das organizações ativistas formalmente constituídas.

Estudar testemunhos publicados em sites de redes sociais, pela perspectiva de uma epistemologia feminista, significa desafiar modos de leitura, apresentação, análise e produção de textos acadêmicos. O respeito às autoridades dos sujeitos que narram suas próprias experiências, situados em lugares diversos na cultura, exige a renúncia de um autocentrismo interpretativo e, ao mesmo tempo, uma reflexividade dos pesquisadores e pesquisadoras. Nesse texto, busca-se registrar fenômeno típico da chamada quarta onda feminista brasileira por meio de uma brevíssima heteroglossia, elaborada com vozes representantes da academia, da militância, da imprensa e de usuários e usuárias das redes sociais.

Este artigo reflete sobre alguns aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos da pesquisa com narrativas no contexto de uma mobilização *on-line* contra o assédio sexual. Obviamente, apresenta limites para o entendimento de problemática tão complexa. Entre as lacunas da nossa reflexão, e que deixamos para uma outra ocasião, estão alguns pontos importantes. Um trata da necessidade de a análise também lidar com as contradições reveladas quando se contam e compartilham histórias, isto é, os usos ambivalentes das narrativas dominantes e alternativas na composição dos enredos. Estudo mais detalhado das interações podem também descortinar a reprodução de narrativas de herança patriarcal numa história que parece contestadora dessa herança. Ambiguidades derivam da prática discursiva situada: narrativas são negociadas e dependentes do contexto pragmático da interação entre falantes. A estrutura da interação do #PrimeiroAssédio - moldada como uma campanha de denúncia contra o abuso sexual e capitaneada por uma organização feminista, o Think Olga - também colabora para que as usuárias construam certa imagem de si como ativistas ou cidadãs conscientes na luta por seus direitos. A reunião de mulheres em torno de uma causa comum convida à cumplicidade com certas narrativas e repertórios de matriz ativista/feminista.

Um segundo ponto que não pudemos aprofundar neste trabalho é o importante debate no interior do próprio movimento feminista que, a rigor, comporta diferentes feminismos, cada um com suas narrativas, demandas e ângulos

de luta. A análise de um protesto digital tão proeminente quanto a #PrimeiroAssédio, com tamanha disseminação de narrativas, oferece um campo precioso para análises que levem em conta as especificidades dos marcadores sociais de seus participantes e os aspectos interseccionais que certamente incidem sobre suas histórias.

Conduzir pesquisas em meio digital é defrontar-se com um lócus de pesquisa que abre potencialidades específicas, assim como limitações. Dificilmente se defronta com o todo, pois a articulação em rede dos atores envolvidos e sua dispersão espaço-temporal desafiam o pesquisador na circunscrição do fenômeno de pesquisa. Avistam-se e observam-se faces do fenômeno e tateiam-se aspectos que permitem sondar seu desenho e trajetória. Por outro lado, as plataformas digitais apresentam expressiva potencialidade às pesquisas por guardar, em suas estruturas técnicas, registros de suas apropriações sociais.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, A. P. (2020). *Abuso: a cultura do estupro no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- Bamberg, M. (2004). Considering counter narratives. In M. Bamberg & M. Andrews (Eds.), *Considering counter narratives: narrating, resisting, making sense* (pp. 351–371). Amsterdam: John Benjamins.
- Bogado, M. (2018). Rua. In H. B. de Hollanda (Ed.), *Explosão feminista* (pp. 23–60). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cardoso, C. L., Lima, N. de Q., & Rocha, H. C. L. (2016). Primavera das Mulheres: uma análise da cobertura das revistas *Época* e *IstoÉ* acerca das manifestações das mulheres por direitos. *XXXIX Congresso Intercom São Paulo-SP*. São Paulo: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- Costa, C. (2018). Rede. In H. B. de Hollanda (Ed.), *Explosão feminista* (pp. 43–60). São Paulo : Companhia das Letras.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Faria, J. (2015). Hashtag Transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio - Think Olga. Retrieved from Thinkolga.com website: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>
- Ganz, M. (2001). The power of story in social movements. *Annual Meeting of the American Sociological Association*. Retrieved from [https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/27306251/Power\\_of\\_Story-in-Social-Movements.pdf](https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/27306251/Power_of_Story-in-Social-Movements.pdf)
- Gready, P. (2008). The public life of narratives: ethics, politics, methods. In M. Andrews, C. Squire, & Tamboukoum M. (Eds.), *Doing narrative research* (pp. 137–156). Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage.

- Grillo, C., Oliveira, G., & Buscato, M. (2015). A primavera das mulheres. *Época*. Retrieved from <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>
- hooks, bell. (2019). *Erguer a voz*. São Paulo: Elefante Editora.
- Olesen, V. L. (2006). Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (p. p.129-257). Porto Alegre: Artmed.
- Rocha, F. de B. M. (2017). *A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital* (Universidade do Vale do Rio dos Sinos). Retrieved from <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6728>
- Rossi, M. (2015). Mulheres vão às ruas: “Pílula fica, Cunha sai.” *El País*. Retrieved from [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446222175\\_318913.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446222175_318913.html)
- Sanderson, J., & Weathers, M. R. (2019). “Every time someone comes forward, it makes it easier for the next survivor to be heard”: Sport as a triggering agent to break the silence of child sexual abuse. *Communication Quarterly*, 67(3), 333–353. <https://doi.org/10.1080/01463373.2019.1596141>
- Schradie, J. (2018). Moral Monday Is More Than a Hashtag: The Strong Ties of Social Movement Emergence in the Digital Era. *Social Media and Society*, 4(1). Retrieved from <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305117750719>
- Squire, C. (2008). Experience-centred and culturally oriented approaches to narrative. In M. Andrews, C. Squire, & M. Tamboukou (Eds.), *Doing narrative research* (pp. 41–63). Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage.
- Trujillo, E. B. (2008). Los testimonios o las narrativas de la(s) memoria(s). *Estudios Políticos*, 1(32), 85–115. Retrieved from <https://revistas.udea.edu.co/index.php/estudiospoliticos/article/view/1249>